

Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Disciplina: Políticas públicas, instituições e território

Horário: Quintas-feiras, das 14h às 18h

Apresentação e justificativas

Nos últimos anos, a pesquisa em Geografia exibiu uma abertura significativa a uma pluralidade de orientações teórico-metodológicas, enriquecendo seu instrumental analítico para abordar uma diversidade de fenômenos e processos. Dentre as perspectivas que ganharam terreno na pesquisa geográfica, está a análise institucional. No bojo de uma variedade de tradições intelectuais, as diferentes vertentes do institucionalismo convergem no destaque atribuído às instituições formais e informais — regulações e normas estatais, ordenamento jurídico, rotinas, tradições culturais, convenções, etc. — em circunscrever, orientar, influenciar e moldar as práticas socioespaciais dos agentes e das organizações políticas e econômicas, ao mesmo tempo em que reconhecem (em maior ou menor grau) a capacidade dos agentes de modificar as estruturas institucionais. O campo institucional tem, portanto, um nexu eminentemente geográfico: regras, códigos e limites formais e informais moldam comportamentos, e constituem mediações importantes para a compreensão das intrincadas relações que se estabelecem entre sociedade e território nas suas diversas escalas.

Recentemente, os diferentes subcampos da Geografia têm-se servido da perspectiva institucionalista para enfocar a importância das instituições em transformar a dinâmica e afetar o ordenamento dos territórios. No entanto, na Geografia Brasileira, essa perspectiva ainda se restringe a poucos grupos de pesquisa.

Isso posto, o objetivo da disciplina é dar visibilidade ao debate intelectual acerca da perspectiva institucionalista nas ciências sociais e suas possibilidades analíticas no campo da Geografia. Especificamente, busca-se atualizar a discussão na agenda de pesquisas da Geografia contemporânea em dois subcampos particulares: o da Geografia Política e o da Geografia Econômica, valorizando-se temáticas vinculadas ao ordenamento territorial.

Objetivos

- Apresentar e discutir os marcos teórico-metodológicos das abordagens neo-institucionalistas e as possibilidades de análise de problemas geográficos;
- Discutir o papel das instituições como mediações das práticas socioespaciais;
- Discutir o conceito de ordenamento territorial e a relevância do território como mediação para análise de políticas públicas;
- Discutir possibilidades analíticas em Geografia Econômica e em Geografia Política para pensar o desenvolvimento econômico e políticas de ordenamento urbano-regional.

Bibliografia básica

- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2, p. 36, 2004.
- AMES, B. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- AMIN, Ash. Una perspectiva institucionalista sobre el desarrollo económico regional. *Ekonomiaz: Revista vasca de economía*, n. 41, p. 68-89, 1998.
- _____. Moving on: institutionalism in Economic Geography. *Environment and Planning A*, vol. 33, pp. 1237-1241, 2001.
- AMIN, Ash. e THRIFT, Nigel. Living in the global. In: *Globalisation, institutions and regional development in Europe*. 2ª ed. Oxford, 2001, p. 1-22.
- AOYAMA, Y.; MURPHY, J. T.; HANSON, S. Institutions. In: AYOYAMA, Y.; MURPHY, J. T.; HANSON, S. *Key concepts in Economic Geography*. London: Sage, 2011.
- ARRETCHE, M. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? In: ARRETCHE, M. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV/Editora Fiocruz, 2012.
- FARINÓS, J. Gobernanza Territorial para el Desarrollo Sostenible: Estado de la Cuestion y Agenda. *Boletín de la A.G.E.*, N.º 46 - 2008, págs. 11-32.
- FARINÓS, J. Redescubriendo la gobernanza más allá del buen gobierno. Democracia como base, desarrollo territorial como resultado. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, n. 56, 2011, pp. 295-319.
- FERRÃO, João. O ordenamento do território como política pública. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, capítulos 1, pp.25-45.
- GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fonte, 2013.
- HODGSON, G. Ação e instituições. In: HODGSON, G. *Economia e instituições: manifesto por uma economia institucionalista*. Lisboa: Celta Editora, 1994.
- MARTIN, R. Institutional approaches in Economic Geography. In: Sheppard, E. & Barnes, T. *A companion to Economic Geography*. Malden, MA: Blackwell, 2003.
- NOGUEIRA, Cláudio M.M. Ação. In: CATANI, A. et al. *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte, 2017.
- NORTH, Douglas. Instituições, mudança institucional e desempenho econômico. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. *Política & Sociedade*, v. 8, n. 14, p. 79-106, 2009.
- PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- REIS, José. Ensaio de economia impura. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- _____. Estado e mercado: Uma perspectiva institucionalista e relacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 95, p. 11-34, 2011.
- _____. Território e políticas do território: a interpretação e a ação. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, n. 100, p. 107-122, 2015.